

O CORPO DO TEMPO: ÉTICA, POLÍTICA E O CARÁTER PERFORMÁTICO DO TEMPO HISTÓRICO NA HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES*

*Andre de Lemos Freixo***

Resumo: Propõe-se a seguir uma análise da história da história do Brasil de José Honório Rodrigues (1913-1987), com particular ênfase sobre sua concepção de tempo, historiografia e história a partir da periodização construída pelo autor. O objetivo fundamental aqui é estimular o tratamento de problemas ético-políticos no interior de uma análise historiográfica teoricamente orientada. Uma periodização é uma performance do tempo cujas implicações éticas e políticas precisam ficar claras. Para Rodrigues, justificar uma fenda no “corpo do tempo” significava compreender historicamente: instaurar o tempo e o espaço do novo, do revolucionário, era parte de uma reconfiguração dos termos que definiriam a consciência histórica contemporânea. Sua história da história performaticamente engendrava uma postura de modificação de valores associados ao modo particular de pensar e escrever história no Brasil à sua época, bem como na experiência do tempo e no modo de produzir sentido para a história: eis a dimensão ética que destacarei. Do mesmo modo, almejava que a historiografia instrumentalizasse a nova consciência dos problemas nacionais e mobilizasse as ações em prol de mudanças para os rumos da História do Brasil, o que configura a dimensão política que se analisará aqui.

Palavras-chave: História da Historiografia; Ética; Política; Tempo Histórico; José Honório Rodrigues.

Abstract: Here I propos an analysis of the history of Brazilian history by José Honório Rodrigues (1913-1987), with particular emphasis on his conceptions of time, historiography and history and focusing in the periodization built by the author. The main objective here is to stimulate the treatment of ethical and political problems within a theoretically oriented historiographic framework. A periodization is a performatic approach of time whose ethical and political implications need to be clarified. For Rodrigues, to justify a break in the “body of time” means to understand it historically: establishing time and space of the new, the revolutionary, is part of a reconfiguration of the terms that define contemporary historical consciousness. His history of history had to performatically induce a way of changing values associated with the particular mode of thinking and writing history in Brazil in his own time, as well as a shift in the experience of time and thus making of meaning for history: that is the ethical dimension that I will highlight. Similarly, craved that historiography instrumentalize the new consciousness of national problems and mobilize the actions for change to the course of the history of Brazil, which sets the political dimension that will be analyzed here.

Keywords: History of Historiography; Ethics; Politics; Historical Time; José Honório Rodrigues.

* Artigo submetido à avaliação em 10 de fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em 20 de março de 2015.

** Doutor em História (PPGHIS/UFRJ 2012). É Professor do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (DEHIS/ICHS/UFOP) e integrante e coordenador do Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (NEHM) na mesma instituição. E-mail: andredelemos@gmail.com.

Introdução

Não existe diferença entre o Tempo e qualquer das outras dimensões do Espaço, exceto o fato de que nossa consciência se desloca ao longo dele (WELLS, 2010, p. 19).

O corpo do tempo deve entender-se como a história, sua forma, seu estilo, as pressões que nela se exercem, a história viva, a fabricação histórica, a criação e a recriação, com os atores todos, os protagonistas e os deuteragonistas, os principais e os secundários (RODRIGUES, 1976, p. 12).

O que define o tempo? Essa questão, formulada de muitas maneiras, acompanhou as reflexões pensadores como Aristóteles, Agostinho, Newton, Nietzsche, Albert Einstein, Martin Heidegger, Norbert Elias, Reinhart Koselleck, Paul Ricœur, François Hartog, Jacques Derrida, entre muitos outros. Foi tema de inúmeros ensaios e teses, bem como temática central ou secundária em textos filosóficos, históricos, sociológicos, antropológicos e de ficção (inclusive a científica). Tempo importa, e muito. Todavia, entre os historiadores o tempo, e mais especificamente o tempo histórico, em que pesem as relativamente poucas (porém substantivas) exceções,¹ prevalece desde o XIX como tempo único (e autorreferencial); um fator de natureza fixa, pois inerente ao mundo da física e, portanto, independente da ação do homem, pois universal, absoluto e neutro, que a tudo engloba igualmente.

146

Tradicionalmente conhecido como o “século da história”, o XIX testemunhou a profissionalização da história – transformada em disciplina programática, “ensinável”, balizada por normas e procedimentos metodológicos (científicos). As luzes da ribalta ilustrada clarearam o proscênio para que a história assumisse seu protagonismo e autonomia disciplinar. Da mesma forma, o mundo ocidental cristalizou não apenas um tempo único, o “cronótopo historicista”, para dizer como Gumbrecht (1992, p. 106), ou “cronótopo tempo histórico”, como nos esclarece Valdeci Araujo (ARAÚJO, 2006, p. 316). Isto é, o caminho da humanidade e das civilizações. Um tempo considerado em si mesmo histórico: progressivo e orientado para o futuro. Em uma palavra, o XIX cristalizou a convicção de que “a história é o tempo”, para empregar os termos de Jules Michelet (2010, p. 111).

Segundo Berber Bevernage e Chris Lorentz, contudo, em pleno século XXI o tempo não parece mais ser definido do mesmo modo. E entre os historiadores, o tempo e as fronteiras entre passado, presente e futuro permanecem pouco discutidas ou problematizadas, apesar de serem muito caras a esta casta profissional. Ainda

¹ (KRAKAUER, 1966, p. 65-78); (VILAR, 1979, p. 146-178); (HALL, 1980, p. 113-131); (POMIAN, 1984); (ROTENSTREICH, 1987); (WILCOX, 1987); (ARIÈS, 1989); (CARR, 1991); (ERMARTH, 1992); (CHESNEAUX, 1996); (LEDUC, 1999); (HARTOG, 2013); (RÜSEN, 2007); (KOSELLECK, 2006; 2014); (RICŒUR, 2006; 2010).

segundo os autores, a própria teoria da relatividade de Einstein, do início do século XX, não parece ter causado maiores reflexos para a maior parte dos historiadores e sua disciplina, cuja concepção de tempo ainda se encontra sob o “paradigma newtoniano”,² por assim dizer. Para a historiografia ocidental, o tempo permanece como uma potência universal, tal como definido pela Física ou pelas meditações das filosofias da história. Esse tempo como o “caminho da humanidade” (GUMBRECHT, 1999, p. 459-485), ao longo do qual “toda” a História transcorre e com a qual muitas vezes se confunde, pressupõe, então:

1. que o tempo é homogêneo – o que significa que cada segundo, cada minuto e cada dia é idêntico; 2. que o tempo é distinguível – o que significa que cada momento no tempo pode ser concebido como um ponto numa linha reta; 3. que o tempo é, portanto, linear; e 4. que o tempo é direcional – significando que ele flui ininterruptamente do futuro, através do presente, e para o passado; 5. que o tempo é um absoluto – o que significa que ele não é relativo ao espaço ou à pessoa que o está mensurando (LORENZ; BEVERNAGE, 2013, p. 40).³

Assim, proponho a seguir um estudo de caso que problematiza a configuração do tempo como performance cujas dimensões ético-políticas serão objeto de meu escrutínio. Seguiremos, pois, os rumos da história da história do Brasil de José Honório Rodrigues (1913-1987). Rodrigues representa um autor importante para se compreender uma concepção de história e historiografia em que reflexão e/ou intervenção no mundo contemporâneo são âmbitos fundamentais à prática historiadora – cabe frisar, concepção praticamente execrada pelas gerações de historiadores que se seguiram. No caso da historiografia brasileira, são ainda muito tímidas as contribuições que problematizam a concepção vigente de tempo e, principalmente, do tempo histórico.⁴ Evidentemente, não se trata aqui de redefinir o tempo para os historiadores, mas de problematizá-lo como pressuposto ainda restrito a lógica das leis da Física, afirmando que a representação do tempo histórico, o “tempo dos historiadores”, ou mesmo as periodizações acionadas por historiadores em seus trabalhos podem oferecer mais do que simples escolhas “arbitrárias”, formais ou puramente subjetivas.

Procuró evidenciar a dimensão ético-política da periodização que configura a história da história do Brasil de Rodrigues e que, *mutatis mutandis*, parece permanecer

² Sobre isso, ver Collingwood (1925-26, p. 135-150); e Leyden (1963, p. 263-285).

³ Tradução livre. “1. that time is homogeneous – meaning every second, every minute and every day is identical; 2. that time is discrete – meaning every moment in time can be conceived of as a point on a straight line; 3. that time is therefore linear; and 4. that time is directional – meaning that it flows without interruption from the future, through the present to the past; 5. that time is absolute – meaning that time is not relative to space or to the person who is measuring it”.

⁴ No caso brasileiro, os debates em torno da história do tempo presente, sem dúvida, têm lançado interrogações pertinentes. Ainda que nem sempre ofereça respostas, o volume organizado por Varella; Mollo; Pereira; Mata (2012) traz boas reflexões nesse sentido.

ainda ditando as linhas mestras do nosso entendimento da história da historiografia brasileira – apesar das muitas críticas ao autor. Defendo que, no caso de Rodrigues, narrar significava marcar o momento da revolução (ou “reviravolta”, como dizia o autor) historiográfica o que, para o autor, representava estabelecer uma fratura no “corpo do tempo”. Ora, isso demandaria uma completa reconfiguração dos termos que definiam o que era história até então e, com isso, uma modificação de valores associados ao modo particular de pensar e escrever história, bem como de experimentar o tempo. Aqui repousa, como apresento a seguir, a dimensão ética inscrita em sua periodização. Do mesmo modo, pode-se identificar a pretensão de mobilizar a ação renovadora em prol de mudanças concretas não apenas no que toca à escrita da história, mas no próprio “rumo” da história brasileira, o que configura sua dimensão propriamente política. Apresentar estas dimensões tendo como foco a historicidade própria de sua história da história é o que se almeja a seguir.⁵

A importância da periodização para José Honório Rodrigues

Um dos elementos centrais para se compreender a questão aqui proposta, é retomar a importância que o próprio José Honório Rodrigues atribuía à periodização no trabalho historiográfico. Não foi mérito exclusivo seu. A revisão das certezas sobre o tempo e a periodização marcaram trabalhos de coetâneos de Rodrigues, como Lucien Febvre, Henri Berr, Marc Bloch (CORDEIRO JÚNIOR, 2013, p. 463-498; ROJAS, 2013, p. 417-461) assim como os representantes da *New History* estadunidense, Carl Becker, Charles Beard, James Harvey Robinson ainda nas décadas de 1920 e 1930 –

148

⁵ *Historicidade* aqui pode ser entendida como propõe Valdeci Araujo, na esteira de Heidegger em *Ser e Tempo*: um reconhecimento “do ser para o seu tempo”, do entrelaçamento do passado e do futuro na configuração do agora, percebido sempre como “nosso tempo” (ARAUJO, 2013, p. 40). Trata-se de uma busca por elementos de *identidade* que tem como objeto uma análise sobre as “formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, isto é, de transmissão” (Idem, p. 41). Em Heidegger, a tradição historiográfica moderna não seria capaz de realizar tal analítica, sendo figurada do lado de uma historicidade que ele chama de imprópria ou inautêntica. Ou seja, uma constante busca pelo hodierno, em atualização do presente às custas do passado. Trata-se de uma crítica voltada às práticas historiográficas modernas (pelo menos desde o século XIX), que lidam com o passado como “utensílio”, ou um objeto manipulável. Sobre isso, Paul Ricœur avança no terreno que Heidegger abriu, mas concedendo espaço um pouco mais nobre aos historiadores de ofício quando indaga: “o historiador está condenado a ficar sem voz diante do discurso solitário do filósofo?” (RICŒUR, 2006, p. 373). Ou ainda, “Heidegger não remeteu muito depressa o caráter de ausência do passado acabado à indisponibilidade do manipulável? Com isso não eludiu todas as dificuldades ligadas à representação do que não é mais, mas que uma vez foi?” (RICŒUR, 2006, p. 389). Respondendo a estas reflexões, Ricœur nos oferece uma possibilidade de pensar a historiografia, ou a “história dos historiadores”, como algo que não está fadado à historicidade imprópria de que falava Heidegger – uma eterna objetificação e contextualização do passado, fechada numa atitude museográfica e, portanto, cega à possibilidade que se abre sempre num *retorno*. Para Ricœur, a ideia do retorno (que Heidegger herdou de Nietzsche, cabe acrescentar), sintetiza a força do possível e pode exprimir a convergência entre o discurso sobre a historicidade e o discurso da história.

críticos à *"That noble dream"*, para dizer como Beard, isto é a neutralidade científica dos metódicos historicistas (GONÇALVES, 2013, p. 327-353) e descartavam a tirania da Física e da Biologia para pensar os fenômenos humanos (DE DECCA; DE DECCA, 2013, p. 356-384; MALERBA, 2013, p. 385-416). Tais autores, todos testemunhas da barbárie como a guerra de trincheiras em eventos como a Primeira Guerra Mundial, apesar de diferentes entre si, compartilhavam a preocupação com o compromisso dos historiadores com o contemporâneo.

Ana Luiza Marques definiu bem que as perspectivas de Rodrigues sobre teoria e método eram expressões "de sua preocupação com a história contemporânea do Brasil" (MARQUES, 2000, p. 6). Isto nos coloca diante da questão da necessidade da abertura da historiografia para os problemas da contemporaneidade, algo que José Honório acionava por uma via muito específica. Isso porque foi declaradamente tributário de historiadores da *New History* estadunidense (Charles A. Beard, especialmente), assim como de historiadores como Geoffrey Barraclough e, no cenário alemão, Eduard Meyer e Ernst Bernheim, por exemplo, além de leitor de filósofos como Benedetto Croce, Robin George Collingwood e Jose Ortega y Gasset.⁶ Ou seja, para José Honório, se "toda história é história contemporânea", como defenderam Croce e Barraclough, por exemplo, a historiografia deveria se orientar pelos problemas (reais) contemporâneos, não por periodização estanque, cristalizada, ensinada e reproduzida *ad nauseum*. Essa orientação relativista histórica definia que o contemporâneo deveria pensar-se a partir da história que ele define e escreve sobre e a partir dos seus problemas. Rever os limites e fronteiras entre passado, presente e futuro seria, pois, fundamental para redefinir valores e interpretações dos fatos passados, seu lugar e relação com a contemporaneidade, sempre engajada, pensava o autor, na arquitetura do novo ou na manutenção do estado de coisas, isto é: ou engajada na construção de uma nova sociedade, um "novo" diferente do que esta sociedade havia sido, se possível, para melhor; ou dedicada a manter as coisas como "sempre foram".

Na esteira de Croce e Barraclough (RODRIGUES, 1949, p. 56), já em fins da década de 1940, Rodrigues definia que o corte e a seleção dos períodos estariam sempre condicionados pela vida contemporânea do historiador, sendo por isso necessariamente voluntaristas. Segundo ele, a periodização seria a parte mais eminentemente "subjéctiva" do trabalho do historiador. Exatamente por essa razão defendia certo privilégio epistemológico por parte de um historiador especializado e profissionalizado (atividade ainda inédita no Brasil de então, segundo o autor), pois responsável por apresentar a

⁶ Em *Teoria da História do Brasil* (1949), Rodrigues sistematizou suas leituras e apropriações destes autores, realizadas ao longo da década de 1940, principalmente após sua viagem de um ano aos Estados Unidos da América (1943-1944). Artigos diversos foram publicados na mesma década em periódicos variados nos quais o autor aprofundava suas reflexões nesse sentido. As referências completas às edições consultadas podem ser conferidas na obra referida.

credibilidade da mesma, uma vez que “em sua periodização ele [o historiador] mostrará a si mesmo” (RODRIGUES, 1949, p. 58).

O que isto pode nos dizer? Para nosso autor, a divisão por períodos nasceria da procura consciente do historiador por novos caminhos, novas soluções para problemas identificados no seu presente. Essa “sensibilidade histórica” permitiria identificar a periodização “eficaz” das “ineficazes”. Ela seria medida não só a partir das mudanças presentes na proposta de periodização, como também da necessidade das mudanças ainda por vir. Por isso, periodizar seria esforço sempre voluntarista e engajado. Isso definia a parte mais importante da consciência do historiador para Rodrigues, uma vez que permitiria atribuir valor (histórico) para os épocas passadas na sua instituição de sentido para o presente ao visar a construção do futuro.

A periodização tem como fim descobrir a estrutura de uma época histórica e como método a formação de conceitos que exprimam o ser próprio da época. Dentro de cada um desses conceitos deve ajustar-se a série de fatos até mesmo os antagônicos que são também característicos da fase conceituada. A totalidade da época é, então definida como categoria histórica (RODRIGUES, 1949, p. 58).

150

Rodrigues seguia também Dilthey, de quem se apropriava para dizer que haveria uma sensibilidade histórica de “intuição filosófica” no “verdadeiro historiador”. Apesar de soar como traço de uma eleição divina, no entanto, ao “se mostrar”, ao apresentar-se para o mundo para o qual escrevia, o historiador também apresentaria sua formação e consciência. Avaliar quem seria ou não um historiador “verdadeiro” estaria nas mãos dos contemporâneos ao verificarem o próprio afã da história escrita, se criadora de futuro ou não. Se renovadora, não apenas no âmbito historiográfico (apesar de nele também), mas em termos dos rumos da própria História do Brasil, ela seria eficaz, do contrário (se conservadora e tradicionalista), não.⁷ Em síntese, a importância da periodização na proposta de Rodrigues representa bem a perspectiva histórica que, de certo modo, faz-se “refém” das suas próprias metáforas. Mas pode-se dizer que o que estava em jogo era a ideia de que escrever história significava sempre manifestar um grau de consciência do estágio de evolução histórica como um todo. Quanto mais “evoluído”, pensava Rodrigues, mais ciente do seu lugar (presente) e da responsabilidade histórica

⁷ Nascida da percepção consciente dos “insuficientes” vestígios atuais que uma época anterior deixou, como vestígios da criação do presente, ao periodizar o historiador torna-se responsável pela separação e fronteiras entre o que foi, o que é e o que ainda virá a ser, mas não romperia com o fluxo temporal contínuo. Ele não desconsideraria o que veio antes daquilo que ainda é o que será. Assim, “cada época traz em seu bojo os limites, tensões e sofrimentos que preparam a fase seguinte”. Além disso, “Toda forma histórica é finita e universal, contém uma mistura de satisfação e necessidade, força e agonia. Novas opressões formadas pelo anelo insatisfeito dos homens geram a necessidade de transformação, obrigam a procura de novas soluções e, conseqüentemente, de novos períodos. A periodização nasce, pois, [...] do conhecimento mais profundo das relações do devir histórico” (RODRIGUES, 1949, p. 59).

(para criar futuro), mais eficaz seria a escrita histórica e sua periodização. Esta eficácia seria medida pela pretensão de esclarecimento do mundo, da criação de futuro e da realidade nova através deste tipo de escrita, na qual se confundem as ideias do fazer historiográfico e as do “fazer História”.

Assim, para José Honório Rodrigues, a periodização significava marcar os limites e fronteiras entre passado, presente e futuro na arquitetura das novas etapas da História do Brasil. Não se trata portanto de uma história escrita para ser aprendida, das lições da *historia magistra vitae*, mas de como os historiadores poderiam tornar suas histórias (escritas) partes de uma engenharia do “real” historicamente concebido – a história “concreta”. Isso explica, em parte pelo menos, a razão pela qual Rodrigues era tão combativo e engajado nos seus escritos. Para além de suas muitas idiossincrasias como sujeito, bem como os “fluxos e refluxos do seu humor” (MARQUES, 2000, p. 24; SILVA, 2009, p. 86), já tão destacados na bibliografia que analisou o autor, cabe notar que o tom considerado muitas vezes excessivo do seu discurso derivava de uma postura política que estava para além da mera excentricidade ou apenas preocupada com a profissionalização do campo dos historiadores segundo seus próprios projetos e desejos. Evidentemente, décadas depois, e especialmente sob as lentes mais críticas de uma razão histórica soberana e inabalável, suas posturas tornam-se objeto de desconfiança. Mas em uma análise mais cuidadosa, tais posturas permitem que se identifique um elemento decisivo: o vínculo orgânico entre historiografia e história da nação brasileira; ao ponto de ele próprio chamar sua historiografia de “História Combatente”.

A periodização da história da história do Brasil

Analiso agora o segundo capítulo de *Teoria da História do Brasil* (1949), intitulado “A palavra história”. O conteúdo deste capítulo é um esboço do desenvolvimento da ideia de história em termos muito gerais. O interesse aqui é que neste capítulo figura a tipologia empregada por Rodrigues para representar as grandes etapas da sua periodização para a história da história do Brasil. O primeiro aspecto que se deve ressaltar, nesse sentido, é o fato de nosso autor recorrer à tipologia de um autor alemão, Ernst Bernheim, para explicar tal desenvolvimento em termos gerais.⁸ No segundo capítulo de *Teoria...*, nosso autor sistematizou sua compreensão do que chamava – na esteira de Hegel, Collingwood e, principalmente, Ernst Bernheim – de “evolução da ideia de história”.

⁸ A partir da segunda edição de *Teoria da história do Brasil* (de 1957), e em todas as demais, Rodrigues indica apenas no corpo do texto, sem citar em rodapé como o fez na primeira edição, que se trata exatamente da mesma tipologia apresentada por Ernst Bernheim (RODRIGUES, 1957, I, p. 30; 1969, p. 46; 1978, p. 46).

Evidentemente, a compreensão para a ideia de história de Rodrigues não possui a mesma sofisticação da filosofia da história de Hegel, por exemplo, mesmo porque se trata de uma apropriação da tipologia proposta por Bernheim. Mas alguns paralelos importantes podem ser traçados nesse sentido, especialmente porque Rodrigues situou sua evolução da consciência histórica no Brasil em grandes fases ou etapas de um processo linear muito semelhante ao de Hegel. Trata-se de um desenvolvimento histórico-dialético, no qual história e historiografia caminham juntas. Diferentes modos de expressão da ideia de história caracterizariam as etapas, ou fases, da “história da história”, o que poderia ser observado, seguindo a linha de Rodrigues, nas manifestações da consciência dos agentes, individualmente: as representações da consciência histórica. Porém, para Rodrigues, o sentido desta “evolução” não está dado *a priori*, como para alguns filósofos da história. Inclusive, a ação, no sentido de uma intervenção direta no sentido da transformação dos rumos dessa história, por parte dos historiadores, dependeria diretamente do grau de consciência do historiador frente ao “atual” estágio da História ou, pelo menos, do que os historiadores conseguissem imprimir em seus textos. Eis a importância atribuída pelo autor a uma periodização “eficaz”. A historiografia estaria, portanto, sempre em relação com o processo histórico “real”, que José Honório chamava de história “concreta”, a partir do qual o historiador escreveria sua interpretação.

152

Na sua leitura de Bernheim, Honório Rodrigues destacava os três modos gerais de exposição da história através dos tempos: “o narrativo”, “o pragmático” e “o genético ou científico”. Segundo Rodrigues, a tipologia empregada pelo alemão aproxima-se da trabalhada por Hegel, em sua *Filosofia da História* (originalmente publicada em 1837), porém com algumas diferenças:⁹ as classes de consciência histórica de Hegel eram a “imediate”, a “reflexiva” e “filosófica” (RODRIGUES, 1949, p. 25).¹⁰ Rodrigues optou pela tipologia de Bernheim.

Assim, a primeira etapa foi especialmente representada por Heródoto e Tucídides, que “viveram no espírito dos acontecimentos por eles descritos” e registraram “os sucessos da sua atualidade imediata” (RODRIGUES, 1949, p. 25). O principal, no

⁹ As referências de JHR a esse texto são da seguinte edição: HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Buenos Aires: Revista de Occidente Argentina, 1946, p. 151-160. Em suas comparações, Rodrigues não menciona o quarto tipo de expressão da História “reflexiva” de Hegel, a *Begriffsgeschichte*, “história conceitual”, referente à história da arte, do direito e da religião. Esta antecederia o terceiro e último estágio no desenvolvimento da ideia de história em Hegel: a história universal filosófica. Embora não haja nenhum prejuízo semântico digno de nota, opto pelo termo “história conceitual”, em vez de “história dos conceitos”, para que não se confunda o quarto tipo da história reflexiva de Hegel com a perspectiva teórico-metodológica desenvolvida por Werner Conze, Otto Brunner e Reinhart Koselleck. Quanto a isso, ver Jasmin; Feres Júnior (2006) e Koselleck (2004).

¹⁰ As traduções variam. Os termos que identificam as classes de expressão da história em Hegel, em tradução mais recente (2008), são: “original”; “refletida” – dividida em quatro tipos: geral, pragmática, crítica e conceitual –; e “filosófica” (HEGEL, 2008, p. 11-21).

segundo modo, o “pragmático”, consistia na capacidade de “transcender o presente”. Para Rodrigues, esta categoria seria, por sua vez, dividida em duas espécies de história: a “história geral” – que se relaciona com a história narrativa –, e a “história pragmática”, na qual os historiadores têm “um propósito moral: procuram extrair da história lições práticas. As reflexões morais são, então, os fins essenciais da história [pragmática]”. Trata-se, para dizer como Reinhart Koselleck, do *topos* da *historia magistra vitae*, que Rodrigues assegurava ter predominado incontestemente até o XVIII, quando as abstrações morais dos historiadores de nada mais serviam e a história não poderia mais ensinar qualquer lição; o antigo *topos* começava a perder sua força (RODRIGUES, 1949, p. 25).

O terceiro modo, o “genético” (ou científico), é aquele no qual emerge a consciência crítica na investigação da verdade e o crédito ou descrédito daquilo que foi apresentado como parte da tarefa e do fazer dos historiadores: a metodologia histórica. Este último desenvolvimento é, sem dúvida, central para José Honório, como apresento a seguir. Assim, na sua leitura, o pensamento dos filósofos da história setecentistas elevou a “historiografia pragmática ao ponto de vista histórico universal do século XVIII”, convertendo a história “numa potência, pois é ela que transforma a consciência da solidariedade, do progresso e da cultura numa força que atua em toda parte e penetra no mundo culto” (RODRIGUES, 1949, p. 29). Sob este estímulo, dizia ele, a “Alemanha” oitocentista deu partida ao “grande movimento” dos estudos históricos. “A nova história que ali começa a ser escrita já não se contenta mais com simples erudição”. Parte dos seus esforços repousaria na procura por “salientar a significação, a continuidade dos acontecimentos”, assim como observar e entender o desenvolvimento da própria história. Inaugurava-se ali, então, “a fase da história científica” (RODRIGUES, 1949, p. 29). Essa fase seria importante porque somente nela poder-se-ia encontrar o “mais alto espírito crítico e a mais viva e inteligente consciência histórica” (RODRIGUES, 1949, p. 30).

E como essa tipologia se apresentava na compreensão de Rodrigues da história da história do Brasil? Começo com a *Historiografia del Brasil, Siglo XVI*, publicado no México em 1957,¹¹ e *Historiografia del Brasil, Siglo XVII*, publicado no mesmo local, em 1963. Antes de mais, cabe ressaltar as palavras do próprio Rodrigues, que avisava seu leitor para o “critério puramente didático” da periodização com a qual escolheu empregar. Um desvio retórico, talvez, no qual ele completava: “certamente, não há apenas uma única direção espiritual que siga o calendário e que se conclua ao mesmo tempo que um século” (RODRIGUES, 1963, p. 17). No prefácio ainda confessava a “comodidade” da separação dos séculos XVI e XVII (RODRIGUES, 1963, p. 11), pois para

¹¹ “A oportunidade de publicar esta obra em espanhol, oferecida em 1948 por Silvio Zavala, em nome da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História, em seu programa de Historiografia Geral da América – decidiu pela resolução Iª da Primeira Reunião Panamericana de Consulta sobre História (outubro de 1947) –, foi lá que ele me estimulou a preparar o trabalho, cujo primeiro volume veio a público em inícios de 1957” (RODRIGUES, 1963, p. 10-11).

ele a visão retrospectiva, por mais generalizadora que fosse, seria ainda útil para focar a discussão acerca do processo histórico, apesar de ele “saber que o tempo real não tem divisões” (RODRIGUES, 1963, p. 17).

O que nos interessa aqui é aprofundar a questão da periodização como algo muito mais complexo e analiticamente rico do que se poderia supor a partir da ideia de mera “comodidade”, ou didatismo, como já exposto. Nestes volumes, José Honório apresentou o que entendia como uma “consciência primitiva da história” no Brasil: os cronistas, um tipo de “historiografia”, no seu entendimento “imediata”, ou seja, sem pretensão de ser uma mediação cognitiva para intervenção na realidade, ou apenas uma escrita da atualidade. Assim, como de costume nas periodizações da história brasileira, José Honório recuou até os dias da chegada dos portugueses no novo território atlântico.¹²

Diante do novo mundo, argumentava Rodrigues, frente às descobertas das terras e dos homens nativos, o passado “modelar” segundo a Antiguidade tornar-se-ia insignificante frente as demandas por sentido para aquilo que careciam os homens de então. Assim, para Rodrigues, definia-se a primeira característica fundamental da consciência histórica: explicar a atualidade. Essa era a tarefa dos “historiadores” dos Quinhentos (RODRIGUES, 1957, p. 9). No entanto, explicava ele, estabeleceu-se uma comparação direta com a história narrativa, ou “original”, da Antiguidade, aquela de Heródoto, por exemplo, como o nascimento da história no Brasil. Em suas palavras: “A historiografia brasileira nasce também com o livro de viagem e os primeiros cronistas, que não faziam história, senão pela descrição da atualidade. Eram como ‘repórteres’ pasmos diante das novidades da terra desconhecida, cheios de entusiasmo e ansiosa curiosidade pela terra e o homem” (RODRIGUES, 1957, p. 9-10).

Rodrigues, então, cria sua divisão para o “primeiro século brasileiro” e sua “historiografia”: 1) de 1500 a 1549, na qual domina o livro de viagem; 2) de 1549 a 1576, quando se inicia o Governo central, a relação jesuítica, que estuda a terra, o homem e sua conquista por obra da civilização ocidental; 3) a partir de 1576, com a obra de Gandavo, com a qual se iniciam as crônicas no Brasil. No que toca aos cronistas portugueses, Rodrigues assinala que sua escrita obedecia, mesmo durante a união das coroas ibéricas (1580-1640), à autoridade do Rei; evitavam quaisquer comentários filosóficos ou especulativos que perturbassem os dogmas católicos reafirmados na

¹² “O descobrimento da terra brasílica pelos portugueses não foi seguido imediatamente por uma verdadeira tomada de posição. Durante longos anos bordaram a costa e algumas pequenas feitorias foram fundadas como fruto de iniciativas ocasionais. [...] Os donos da terra não se interessavam por ela; seus interesses e sua paixão estavam noutras partes: na Índia e no Oriente. [...] Assim, pois, a historiografia portuguesa do século XVI, como a historiografia da Antiguidade, se interessa pela história contemporânea. O grande acontecimento presente e atual era o que atraía a atenção e cativava-lhes o espírito. A história é história da atualidade, desde as peripécias da navegação, dos sucessos dos descobrimentos, até as coisas ou incidentes da colonização e do comércio” (RODRIGUES, 1957, p. 9).

Contrarreforma, o que significava respeito à hierarquia das verdades: a divina em primeiro lugar e, depois, a dos homens – começando pela pátria e sempre de acordo com os desígnios divinos através do rei (RODRIGUES, 1957, p. 10). Essa “historiografia”, por conseguinte, não teria por fito a investigação, porém a descrição da realidade, ainda que, alertava o autor, a “envolva na imaginação”; narrar ordenadamente as grandiosidades, singularidades e semelhanças da terra nova e dos seus habitantes depois do encontro com os olhares curiosos dos homens do “velho” continente.¹³

O segundo volume de *Historiografia del Brasil*, referente ao “Siglo XVII”, somente foi publicado em 1963, porém já estava pronto desde 1958. Trata-se de um volume ainda concentrado sobre a “consciência histórica” no “período colonial”.¹⁴ Desta vez, no entanto, o texto assumiu quase três vezes o tamanho de seu predecessor. Na introdução, Rodrigues avalia os quatro primeiros livros que constituem o volume são integralmente dedicados ao que o autor classifica como “crônicas conjecturais”, ou seja: aqueles que “descrevem e narram as aparências dos acontecimentos e episódios especiais”. Inclusive, os textos que procuram “recriar a história especial de um período ou de uma fase”, pois raras vezes, dizia, “se procuravam as origens estruturais destes acontecimentos” (RODRIGUES, 1963, p. 159). Na economia da narrativa de Rodrigues, isso significava duas coisas ligadas por uma íntima linha de causalidade: 1) a incapacidade de transcender ao momento presente nas avaliações dos cronistas; e 2) a ilusão das aparências como lugar de chegada das crônicas.

O “século XVII” é compreendido em grande parte pela luta de hegemonia mundial entre as potências europeias, à qual o Brasil estaria fundamentalmente ligado. Sobressaem nesse período, segundo critérios de Rodrigues, a decadência da preponderância ibérica, especialmente a espanhola, a ascensão francesa, holandesa e inglesa nos mares e territórios da Ásia, África e Américas. Isso significava que o

¹³ Para Rodrigues tudo se iniciara com a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, pioneiro na corrente dos cronistas: “apaixonados divulgadores das grandezas do Brasil”. Trata-se de uma carta de caráter oficial, mas igualmente da primeira notícia do “nascimento do Brasil”, texto que avalia como sendo “denso e rico” de observações sobre os primeiros povos ali encontrados e seus costumes. A seguir, acerca das viagens de Américo Vespúcio ao Brasil, suas cartas, que se distinguem da *Carta de Caminha* por tratarem de problemas distintos, mas também as *Relações do “Piloto Anônimo”* e as *Cartas de Cretico*; *O Livro da Nau Bretoa* e a *Nova Gazeta da Terra do Brasil*; o *Diário de Navegação*, de Pero Lopes de Sousa; e, por fim, as notícias e cartas dos traficantes franceses de pau-brasil. Mas tratava-se de uma visão ainda dominada pela cosmogonia e cronologia católica europeias: “Como sempre, esta terra é um dom que Deus concedeu a Portugal. Há na crônica inicial, ao lado do desejo de narrar as grandes coisas que estavam acontecendo diariamente, a intenção de louvar e agradecer às dádivas diárias outorgadas por Deus à pátria portuguesa” (RODRIGUES, 1957, p. 10).

¹⁴ Ao final da “Introdução”, depois de explicar que não se poderia precisar traços “nacionais” devido ao variado colorido pátrio das crônicas e textos seiscentistas, ele define que esse motivo levou-o a utilizar o termo “colonial” para descrever a historiografia de que tratava. “A designação de historiografia ‘colonial’ se refere ao tema Brasil, e não aos seus realizadores [...]; por isso, espanhóis, luso-brasileiros e franceses se reúnem no grande tema da conquista e pacificação do Maranhão [Livro I do volume], que o vincula todos, assim como os espanhóis, os luso-brasileiros e os holandeses se reúnem na conquista e domínio do Nordeste” (RODRIGUES, 1963, p. 22).

Brasil já entrava em contato com os demais “acontecimentos internacionais” e com o “teatro de decisões histórico-universais” (RODRIGUES, 1963, p. 18). Cada um dos episódios universais, segundo o autor “sentidos no Brasil por cronistas e viajantes”, marcariam, portanto, a escrita seiscentista e, por conseguinte, sua historiografia em uma perspectiva universal (RODRIGUES, 1963, p. 19).

Cabe notar a relação que nosso autor estabelecia entre história, no sentido mais amplo do termo, e historiografia, ou nesse caso, o estágio da consciência histórica avaliada. Rodrigues estabeleceu também uma distinção entre a historiografia europeia e essa mais “rudimentar”, como a chamava, que se desenvolvia na colônia – e exatamente por isso. Inclusive, para que o juízo sobre esta “se faça com uma boa dose de benevolência por suas debilidades de método, sua penúria de espírito crítico, sua incapacidade de separar o lendário do verdadeiro” (RODRIGUES, 1963, p. 21). Se a europeia gozava dos primeiros desenvolvimentos do método crítico, a força da historiografia, ou crônica, colonial residiria na direta observação dos fatos por eruditos católicos, na descrição *in statu nascendi* e na “ingenuidade” do relato. “Enquanto na Europa a historiografia enfrentava uma mudança em seus métodos de investigação e de crítica, na disposição dos materiais e na inspiração clássica”, para Rodrigues, a consciência histórica “brasileira” continuava presa à retórica clássica, “entretecida de discursos e poemas, ainda tediosa, apesar de raros lampejos de genialidade viva e palpitante” (RODRIGUES, 1963, p. 21). Criando quadros comparativos, apontava as muitas “deficiências estruturais de formação e método”, para que se pudesse perceber a “enormidade da diferença e se possa calibrar as duas orientações seguidas no Brasil”. Quais sejam: 1) os que imitam as lições dos clássicos portugueses; e 2) os que narram os acontecimentos enquanto ocorrem e que só valem de testemunhos presenciais, como seria o caso da “historiografia jesuítica” (RODRIGUES, 1963, p. 21).¹⁵

Exatamente neste sentido, a historiografia colonial no XVII “evoluiria”. Trata-se de dois sentidos para sua evolução: 1) segue a tradição de originalidade do século XVI, descrevendo os territórios novos que eram conquistados, assim como seus habitantes, e costumes: “é a descrição da atualidade” (RODRIGUES, 1963, p. 22); 2) escreve os anais e as crônicas de um século ou mais, das conquistas e do crescimento. A partir do Livro IV, que trata da “Historiografia Geral”, Rodrigues apresenta os textos e autores que paulatinamente atingiram o mais alto nível da evolução após todos os cronistas.

¹⁵ Os clássicos portugueses eram João de Barros, “que imitava Tito Lívio e Suetônio”, Diogo do Couto e Antonio de Herrera y Tordesilhas, que também eram autores modelares, porém “imitadores de João de Barros”. Ao longo do XVII, haverá a transição entre os modelos clássicos a serem tomados como exemplos para a escrita. Ele creditou a transição de Tito Lívio para Tácito como resultado do contato com a historiografia holandesa no Brasil. Destacava também que Frei Vicente do Salvador foi uma das mais claras consciências nesse sentido, especialmente por sua “mais servil fidelidade às fontes”, conforme as lições de seus mestres e ao desenvolvimento da erudição europeia, que criava e desenvolvia os grandes corpos documentais e as principais disciplinas auxiliares (RODRIGUES, 1963, p. 21-22).

A diferença era que a crônica seria apreensão narrativa no momento da produção, quando surge em si mesma como testemunho. Futuramente, pensava ele, ela seria vista como documentação, e teria primazia na apreciação crítica. Já a história geral representava uma recriação posterior, que nem sempre aguardaria que aparecesse a crônica, esperando servir-se dela como testemunho ou documento.

Assim, a historiografia geral (a que chamava "econômica e social") do Brasil do século XVII se apropriou das crônicas, antigas ou contemporâneas. Porém, não tiveram o objetivo de recriar o passado, mas de julgá-lo segundo seus valores no presente (RODRIGUES, 1963, p. 160). Rodrigues encerrou o quinto livro do segundo volume de *Historiografia del Brasil* com a "mais evoluída" classe de consciência do XVII: aquela presente nas "histórias gerais". O traço dominante desta "historiografia" era seu caráter episódico, que diferentemente das "crônicas" ou das "relações", em sentido estrito, não ficavam apenas restritas ao presente ou à descrição imediata dos acontecimentos (RODRIGUES, 1963, p. 189). As histórias "econômicas e sociais" seriam, portanto, mais "gerais", dotadas de capacidade maior de abstração para generalizar acerca dos aspectos fundamentais da vida luso-brasileira e a extensão da realidade ali expressa (RODRIGUES, 1963, p. 189). Assim, ficam mais evidentes os traços da historiografia "pragmática", a que se referia José Honório ainda segundo a tipologia de Ernst Bernheim. A primeira consciência exemplar que se destacara segundo esta "etapa" seria a de Padre Antônio Vieira: "essencialmente um pregador, um apóstolo, um político e um diplomático". Mas estas características, dizia ele, são aquelas que demonstravam o poder de penetração de sua consciência (como nenhum outro) "na história de Portugal e do Brasil" (RODRIGUES, 1963, p. 191). Assim,

a universalidade do gênio do Padre Vieira, a variedade de seus demais escritos documentais a multilateralidade dos aspectos fundamentais da vida luso-brasileira que ele soube captar e transmitir às gerações futuras, desde os dezoito até os noventa e um anos de idade, sugerem que seu nome e sua obra figurem ao lado do Frei Vicente do Salvador na historiografia geral do Brasil. Em grau ainda maior que Frei Vicente, pela riqueza da informação e pela extensão da realidade apreendida, Vieira reúne e comunica os elementos estruturais e os objetivos espirituais que marcam todo seu século (RODRIGUES, 1963, p. 190).

No que toca à concepção da história de Vieira, eis o ponto fundamental, ela sempre teria uma finalidade pragmática: "toda história é mestra da vida" (RODRIGUES, 1963, p. 204). A educação do príncipe nas leis deveria se inspirar na história *magistra vitae*. Na ordem do acontecido, na pontualidade dos tempos, lugares e pessoas, enfim: "história desnuda de lisonjas e ambições. Exposta em estilo claro, brevidade, de modo bem trabalhado e sem afetação. A verdadeira arte de falar com propriedade de tudo visando à instrução moral" (RODRIGUES, 1963, p. 204). O mesmo acento

pragmático com relação à história foi identificado na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. Historiografia “nova”, para a época, que superava as simples e rudimentares crônicas.

A história colonial de Frei Vicente do Salvador é, como a de seus modelos, real e administrativa, episódica e narrativa, mas não é solene e grave, não se acovarda quando se trata de contar as injustiças, nem exagera nos predicados dos sujeitos. É, como toda historiografia nova, uma obra popular, humana e viva, traços que se encontram nas histórias de primeiro gênero (RODRIGUES, 1963, p. 22).

Apesar de ligada ao presente, tratava-se, aos olhos de José Honório, de uma concepção de história ainda exclusivamente pragmática, em que o *topos* ciceroniano prevalecia soberano: “os livros históricos são luz da verdade, vida da memória e mestres da vida” (RODRIGUES, 1963, p. 215). Isso porque esposavam a crença na qual os alunos igualariam em prudência seus velhos mestres, porque os antigos já teriam vivido e aprendido muito e seus mancebos poderiam, em apenas algumas horas de estudo, apreender toda sua vasta experiência. O papel do divino, dos milagres e dos castigos dos céus, em Vieira, também serviam para Rodrigues como prova da dimensão providencialista desta etapa da consciência histórica, atitude absolutamente condizente com sua formação, mas que Rodrigues reputava como ultrapassada (RODRIGUES, 1963, p. 216).

158

Em síntese, dentro da periodização de Rodrigues quanto aos séculos XVI e XVIII, apresentam-se duas tópicas recorrentes que definirão o *status* da consciência histórica: 1) a preocupação com o presente e o registro dos acontecimentos contemporâneos; 2) a escrita do passado a partir de alguns documentos, assim como o cuidado no tratamento e verificação de papéis antigos, porém glosando as histórias antigas e os grandes clássicos, para fins pragmáticos de instrução moral das elites e da nobreza no presente.

O século XIX foi, como dizia Gabriel Monod, o “século da história”. E José H. Rodrigues se apropriou desta ideia na sua interpretação. A principal característica da historiografia oitocentista era, para ele, aquela que definiria, pois, a história como ciência: a pesquisa com fontes documentais criticamente avaliadas para a reconstrução analítica do passado através do método científico. Razão pela qual este período seria denominado científico (ou genético). Assim, ainda em 1945, Rodrigues destacava que

há cerca de cem anos [em meados do século XIX], iniciava-se na história da história brasileira uma renovação sistemática de seus métodos de trabalho. Um jovem brasileiro, de bom preparo cultural, com excelente conhecimento de línguas, maiúsculo na capacidade de trabalho, embora minúsculo nas ideias filosóficas, dedicava-se com singular paixão e decidida vocação aos estudos brasileiros. Francisco Adolfo de Varnhagen não foi só como o chamou o maior de nossos juristas – Pedro Lessa – o pai da historiografia brasileira. Foi também,

quem transformou a história, até então simples sermão de padres absortos na história eclesiástica, em narrativa de fatos civis e políticos, apoiada em boa fonte material. Varnhagen secularizou a história brasileira (RODRIGUES, 1945, p. 1).¹⁶

No caso brasileiro, Rodrigues se vale da figura do Visconde de Porto Seguro, já bastante conhecida, em parte pelo modo como historiadores do calibre de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia reabilitaram a obra do “Heródoto brasileiro”. Na economia de sua narrativa ele foi retratado como o responsável pela “libertação” da História do Brasil, até então exilada num “vale de lágrimas”, cujos homens, seus sucessos e fatos seriam “obra de pouco interesse e nenhuma salvação”. Suas pesquisas teriam renovado sistemática e efetivamente todo o gênero histórico, na sua leitura, graças aos trabalhos de pesquisa, descoberta de fontes e a crítica histórica nos métodos por ele empregados. Tratava-se da “libertação” pela crítica dos modelos anteriores, cronistas ou das histórias gerais – ainda atadas à descrição dos acontecimentos contemporâneos ou à concepção da história como mestra da vida. “Os resultados e frutos dessa posição crítica podem ser perfeitamente avaliados hoje. A *História Geral do Brasil* tornou-se obra clássica da historiografia brasileira e seu autor o mais notável dos nossos historiadores” (RODRIGUES, 1945, p. 1).

Uma leitura que identifica um pioneiro para a historiografia brasileira, especificamente falando, mais moderna e mais crítica, portanto em grau mais elevado de consciência histórica diante das demais. Não se trata mais de uma crônica da atualidade, mas de um texto sério, escrito integralmente *a posteriori*. O século XIX figurava como grande divisor de águas entre as práticas de escrita do passado. Se as histórias gerais e as histórias pragmáticas deixavam as crônicas para trás ainda no XVII, a historiografia dotada de crítica (genética ou científica) predominaria no Brasil oitocentista. É reputada a Varnhagen a responsabilidade por ter impedido que se mantivessem os anais eclesiásticos como principais referências históricas e historiográficas no país de então. Mas ele não foi o único, como pode ser lido a seguir.

No desenvolvimento pouco retilíneo da historiografia brasileira, cabe ao Barão do Rio Branco um lugar de relevo excepcional. Ele participa com Capistrano de Abreu de uma fase nova, que se inaugura com o apuro do criticismo histórico. A lição vinha de Varnhagen, para o qual a ciência e a pesquisa do historiador procuram num esforço continuado e sistemático apenas o fato, o acontecimento,

¹⁶ Além da versão aqui apresentada, o artigo foi posteriormente publicado em outras ocasiões. A primeira foi em *Notícia de Vária História* (RODRIGUES, 1951, p. 210-214); a segunda em *História e Historiadores* (RODRIGUES, 1970, p. 150-154; 2008, p. 175-178). Na citação acima tomei o cuidado de corrigir um pequeno lapso na redação deste trecho. No original, saiu publicada assim a seguinte frase nesse parágrafo: “Francisco Adolfo de Varnhagen não foi só como o chamou o maior de nossos juristas – Pedro Lessa, o pai da historiografia brasileira”. Além de confuso, pode parecer que José Honório se referia a Pedro Lessa como sendo o “pai da historiografia brasileira”, quando ele se referia a Lessa como sendo aquele que reconheceu no Visconde de Porto Seguro tal “paternidade”. Essa correção foi feita também na reedição do texto em Rodrigues (2008, p. 175).

o sucesso particular e único que não se repete. Não se trata de reconhecer na singularidade do fato a essência da história. Sobre isso há unanimidade. O que distingue Varnhagen de seus predecessores é a importância dada à pesquisa dos fatos civis e políticos (RODRIGUES, 1946, p. 1).

Outro traço determinante na compreensão de Rodrigues acerca do estágio oitocentista da evolução em curso, seria a relação entre historiografia e política. Especialmente, a política nacional. Ao lado de Varnhagen, o Barão do Rio Branco também era destacado neste sentido, sendo comparado aos historiadores patriotas “alemães, especialmente os da época de Ranke”. Se esses constituíram “um exército organizado de patriotas”, o Barão do Rio Branco teria sido, na leitura de Rodrigues, “por si só, um exército completo”. Para Rodrigues, sua história seria um instrumento a serviço de um fim e esse seria “a expansão pacífica da Pátria” (RODRIGUES, 1946, p. 7).¹⁷ Para explicar essa relação entre política e história, Rodrigues recorre à reação alemã contra as incursões napoleônicas e a posterior Guerra de 1870 como fatores decisivos à formação de um “corpo alerta de historiadores a serviço da nação”; prontos a provar “a excelência da cultura alemã, pão de todos os espíritos fortes, como dizia Michelet”.¹⁸ Apesar de tudo isso, quanto à obra do Barão, faz uma ressalva importante: seu “desdém pelo cotidiano”.

160

A obra de Rio Branco *demonstra sua formação teórica*, o desdém pelo cotidiano, pela obra pacífica de todos os dias e a excessiva paixão pelo faustoso militar, sucedido de quando em quando, explicam o autor das biografias militares, o estudioso – o maior que jamais possuímos – da história militar, o escritor das Efemérides. Nestas – forma de história onde o fato essencial é militar ou político e nunca social ou econômico, indevidamente esquecidos – revela-se ainda mais o caráter de sua teoria histórica (RODRIGUES, 1946, p. 7, grifos meus).

Apesar de política e militar, a obra de Rio Branco apresentaria pouca preocupação com o presente, além de desconsiderar fatos de ordem econômica e social, o que enfraquecia o “caráter” de sua teoria da história. Para José Honório, o início do século XX abriria novas possibilidades, e as concepções de história analisadas como oitocentistas

¹⁷ Rodrigues diz não saber ao certo se a escola histórica de Cambridge teria influenciado a formação de Rio Branco como historiador. A partir de dados referentes à sua biografia – por exemplo, de sua conhecida estadia em Liverpool – ele assevera: “deve ter favorecido a leitura dos mestres ingleses, então dominando em Cambridge”. Ele destacou que John R. Seely e Lord Acton seriam “os mais famosos historiadores ingleses daquela época”, acrescentando que eles “sempre viram entrelaçadas a história e a política”. Frisava que esta relação entre história e política também poderia ser reflexo da influência alemã, mas nesse caso, advertia, “o fato de só ter ido a Alemanha em 1900 nada significa. A verdade é que os historiadores alemães desde os tempos de Ranke uniam a história à política” (RODRIGUES, 1946, p. 7).

¹⁸ “O fato é que enquanto Gustav Droysen afirmava ser a história a base do progresso e da cultura política e o historiador o estadista levado à prática, Sybel considerava a história um vasto arsenal que ministrava armas para o ataque e a defesa. De qualquer modo há uma grande identificação entre estes ideais ingleses ou alemães e o pensamento histórico de Rio Branco” (RODRIGUES, 1946, p. 7).

iriam se mostrar cada vez menos aptas frente as inovações que despontavam nos trabalhos de historiadores ligados à renovação historiográfica americana e alemã. Rodrigues atualizava o processo no qual acreditava viver, como um historiador “dos historiadores”, ou da consciência histórica. Pois, sem a tomada de consciência dos historiadores brasileiros acerca da etapa na evolução do pensamento histórico que eles ocupam, a própria escrita da História do Brasil jamais poderia libertar-se integralmente dos vícios e resquícios de práticas historiográficas que ele julgava ultrapassadas e poder produzir uma história nova.

A evolução que ele propunha materializava sua compreensão histórica para os rumos dos estudos históricos no país. Com essa leitura, representa o movimento do qual acreditava pertencer como parte do mesmo processo histórico, de uma evolução histórica e historiográfica: a história da história brasileira. No Brasil oitocentista, especialmente nos institutos históricos (no IHGB, no Instituto Pernambucano e no Cearense, principalmente), identificou representantes de um grau mais elevado de consciência histórica. De um conjunto de pesquisadores que contribuiu para o aumento e sofisticação do conhecimento da História do Brasil, através do desvelar de novas fontes e, em alguns casos, da escrita de importantes capítulos dessa história, apoiados sobre suas vastas pesquisas, porém engajados em pensar criticamente, igualmente, passado e presente do Brasil.

O critério para reconhecimento de um “verdadeiro historiador” seria mensurado pelo juízo do autor, sua inscrição na classe de consciência histórica com a qual organizava sua periodização. No caso da historiografia oitocentista, o tempo dedicado aos trabalhos de pesquisa em arquivos era o crivo de uma nova época diante dos problemas concretos de seu tempo. Não apenas a crônica ou memórias de um determinado período, como fizeram seus predecessores, mas pesquisas para a historiografia: a escrita da história. Aqui surge a contribuição decisiva que se estabeleceu na fase genética (ou científica) de sua história da História do Brasil: não o passado em si, mas a dimensão de um prolongamento temporal que transcende o presente no qual o historiador concebe e escreve sua história. Frente a este terceiro estágio, acrescentar-se-á uma última etapa, de certo modo contemporânea ao autor, e profundamente inspirada pelos desenvolvimentos da historiografia alemã e estadunidense de inícios do XX: a fase “reflexiva”. No caso brasileiro, José Honório reputou esse estágio da consciência histórica aos méritos da obra de Capistrano de Abreu.

Carece ainda compreender que todos os estágios da ideia de história de algum modo dialogam entre si, como teses, antíteses e sínteses. E é nesse sentido que poderemos identificar o caráter performático na sua escrita da história da história do Brasil. Cada uma das etapas “trouxe uma contribuição original e importante” à evolução como um todo, mas esta evolução deveria construir sentido para o seu presente (RODRIGUES, 1949, p.

31).¹⁹ Sua história da história do Brasil segue, pois, como uma história da “libertação” da história. Seu triunfo se materializa na sua versão científica, mas não se encerra aí.²⁰ Não surpreende, portanto, que o terceiro capítulo de *Teoria da história do Brasil* (1949) ofereça um longo resumo das principais contribuições de Wilhelm Dilthey e Heinrich Rickert. Estes autores, ao lado de outros como Georg G. Gervinus e Johann G. Droysen, por exemplo, foram importantes pensadores das particularidades teóricas da História, bem como suas funções, forma, particularidades e distinções fundamentais das ciências naturais e da retórica, bem como do reconhecimento de sua dimensão literária sem “reduzi-la” à literatura ficcional. E foi com base nestas reflexões que Rodrigues estabeleceu, ainda em termos gerais, o que considerava mais básico para uma renovação historiográfica Brasil: a reflexão teórica (RODRIGUES, 1949, p. 41). Esta nova etapa, a fase teórica ou reflexiva, ele dizia ser ainda inédita em termos historiográficos no Brasil, senão pelos trabalhos solitários de Capistrano de Abreu. Voltarei a tratar deste assunto mais adiante. O ponto decisivo aqui é coroar o curso de um desenvolvimento histórico, que culmina com a versão nova de uma fase plenamente científica da história, fundamentada em reflexões de caráter teórico e filosófico – no sentido amplo do termo, como formulações de caráter abstrato e conceitual.

162 Sendo assim, a evolução da ideia de história, para Rodrigues, é uma caminhada para a sua *libertação*. Esta deu importante passo com a autonomia epistemológica que a ciência da história conquistara no XIX. Sua autoconsciência crítica, enquanto ciência, precisava, contudo, avançar em direção às reflexões acerca do valor, lugar e funções da historiografia no presente para que esta libertação se desse por completo. Como visto anteriormente, o que pesava contra a historiografia de Rio Branco, era a sua falta de preocupação com “cotidiano”, ou seja, com o “seu tempo”. O “salto qualitativo”, para dizer hegelianamente, deveria superar essa deficiência sem, contudo, abdicar do rigor crítico e metodológico. Este redundaria numa “história viva”, isto é: uma historiografia na qual a consciência teórica e a autonomia filosófica deveriam coroar a evolução da consciência histórica brasileira, materializando-se na nova ciência da História.

¹⁹ “[...] o principal mérito da historiografia greco-romana é o humanismo, ou seja, a narrativa dos feitos do homem, de seus propósitos, de seus sucessos e fracassos, [...]. A historiografia medieval é providencial, e tem como principal objetivo descobrir ou expor o plano divino. [...] Na Renascença ilumina-se o caminho histórico com a descoberta de instrumentos preciosos de crítica. Contra o anti-historicismo de Descartes, reage Leibniz, que aproxima da história a filosofia. Vico formula novos métodos críticos e desenvolve princípios filosóficos que justificam o conhecimento histórico. O mérito da historiografia da Ilustração é a secularização da história e seu defeito é a bancarrota do método, com a aplicação da causalidade natural [...]. É a história pragmática que visa fins utilitários e busca não só instruir o leitor como dar-lhe lições, passando a ser uma ciência que se ocupa do nascimento do presente”. Cf.: Rodrigues (1949, p. 31-32). A grafia Leibniz está errada no original, “Leibnitz”, assim como filosofia, “fisolofia”.

²⁰ Nas edições posteriores o mesmo trajeto permanece intacto, embora JHR acrescentasse muitos outros autores, a partir da segunda edição (1957), especialmente no que toca à “história científica”, ou “genética”, em suas contribuições à evolução do conhecimento da história. Para a lista completa, ver Rodrigues (1957, I, p. 40-55).

E qual seria o salto qualitativo? Em que consistia a renovação da teoria da história? A conciliação entre atividades consideradas antinômicas: o compromisso científico e o posicionamento político no presente na construção do futuro. A busca da história como o fundamento de uma concepção do mundo nova e que “continua a ser a base das mais recentes atividades que se desenvolvem no campo da teoria das ciências” (RODRIGUES, 1949, p. 42). Precisamente neste ponto relacionavam-se história da história (ou da historiografia) e a História do Brasil. É possível identificar o modo como Rodrigues comunica em *Teoria da História do Brasil* (1949) o sentido para evolução da consciência histórica no Brasil rumo ao que ele dizia ser uma historiografia “nova”. O processo no qual sua história caminha rumo a esta ciência “viva” da História. Trata-se de formar e informar o leitor (especialista) do peso de uma responsabilidade histórica que se carregaria no presente. O compromisso que aqueles que quisessem ser reconhecidos como historiadores autênticos e verdadeiros cientistas, deveriam tomar consciência não apenas do legado e desta tradição, mas do dever de transmitirem esse espírito renovador através da sua superação. Na sua compreensão histórica, Rodrigues torna possível o alinhamento de nomes como Rio Branco, Varnhagen, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Barão de Studart, Alencar Araripe, entre tantos outros, aos “novos historiadores”, encabeçados por Capistrano de Abreu: Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e, de certo modo, anunciando que o tempo da nova geração da historiografia brasileira havia chegado, faltando apenas reuni-la como esforço sistemático e rigoroso de um campo disciplinar trabalhando em conjunto em prol da solução dos problemas nacionais.

Evidentemente, o lugar de Capistrano de Abreu nessa evolução tornou-se decisivo, como bem demonstraram Gontijo e Silva. Ele marcou o ponto de guinada a partir do qual a ciência da História (o modo genético) atingiu seu ponto de viragem. Assim, não se tratava de uma contribuição individual, apenas. Para José Honório, toda a historiografia brasileira enriqueceu-se com as lições e com a formação, com os novos conceitos de Capistrano, como, por exemplo, o de cultura que substituiu o de raça. Isso poderia ser apreciado nos *Capítulos de História Colonial*, mas igualmente nos trabalhos de autores como Gilberto Freyre, como em *Casa Grande & Senzala* (RODRIGUES, 1953, p. 134), por exemplo. Em Rodrigues, a imagem do “mestre”, o maior de todos, alimentava-se do mito historiográfico fabricado pelos seus discípulos na Sociedade Capistrano de Abreu (GONTIJO, 2006, p. 19-45; SILVA, 2008, p. 95 *et seq.*), mas ganhava novo impulso, sentido e significado à luz das questões e problemas diagnosticados por ele acerca dos estudos históricos no Brasil, no “seu tempo”. Contudo, Capistrano, “nunca foi, [...], um destes trabalhadores heroicos de que necessita a ciência”. Ele trabalhava pouco e lia muito e sempre, dizia. “Sofria de crises de desânimo e desencanto que o levariam, em 1925, a assinar-se João Ninguém” (RODRIGUES, 1954, I, p. XXXV). Contudo,

a “legenda, a reputação e a lembrança de Capistrano permanecem vivas e presentes, mostrando que ao lado de suas obras ele deve ter dado ao mundo alguma coisa mais” (RODRIGUES, 1954, I, p. XXXV).

A relação de Honório Rodrigues com a sua escrita sobre Capistrano está, portanto, atada à compreensão histórica que ele desenvolvia como meio de diagnosticar os problemas na formação histórica brasileira, a começar pela formação da própria historiografia brasileira. José Honório tinha por fito destacar os traços que ele julgava dotados de “maior atualidade” na condição de contribuições para a constituição da pesquisa histórica moderna no país, ou ainda de uma ciência da História no Brasil – ciência responsável pela compreensão da formação e dos problemas da sociedade brasileira. No primeiro capítulo da segunda edição de *Teoria...*, capítulo integralmente novo em relação à original, intitulado “Os problemas da História e as tarefas do historiador”, José Honório Rodrigues defende que a historiografia brasileira seria um espelho de sua própria história, na qual se refletem os problemas da própria nação e da humanidade (RODRIGUES, 1957, I, p. 2 e 9). Ela estaria intrínseca e absolutamente atada à sociedade e ao seu tempo, sempre. Isso configuraria uma estreita conexão entre a escrita do passado e as “predileções e características de uma sociedade”, sendo que, para ele, o nexos que as ligaria seria sempre “econômico e ideológico” (RODRIGUES, 1957, I, p. 9). Defendia ainda que seria

164

realismo ingênuo acreditar que se possa conhecer o objeto histórico em si próprio, como numa fotografia. A realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador. Mas “o historiador só pode ver o fato através de si mesmo”, como homem do seu século, comparando com o tempo em que vive. Sem fatos não há história, mas sem historiador os fatos não têm sentido, e como o historiador é homem de certa época, e muda, com ele muda a história (RODRIGUES, 1957, I, p. 2).

Se todo e qualquer problema lançado pelo presente ao passado seria uma questão de interesse do historiador, então o “princípio de seleção, a análise final, o sistema de valores e a ideologia”, que são os elementos decisivos da pesquisa (RODRIGUES, 1957, I, p. 2-3), seriam profundamente marcados por essa formação do historiador. Por isso, “fatos históricos” em si e por si sós seriam inúteis, pois considerados “nus e crus”. Estariam “despidos de significação”. E somente um historiador consciente e “premiado pelo presente” (RODRIGUES, 1957, I, p. 3) poderia lhes conceder sentido e significado *eficazes*.

Rodrigues apropria-se da imagem de grande intérprete que Capistrano recebeu de seus seguidores, porém marca que ele foi o responsável pela superação dialética da matriz varnhaguiana, pois “realista ingênua”. A história, para Rodrigues, seria sempre ação de recriação da vida passada para a produção de “vida” (ética e politicamente ativa) para a construção do futuro. Não seria reprodução de fatos, datas, nomes ou autoridades

mortas. Como estímulo à vida, deveria ser conexão entre passado e presente, sempre geradora de futuro, isto é, novos horizontes, não promotora de adorações, adulações, fossilizadora de fatos e interpretações (RODRIGUES, 1957, I, p. 3). A função da teoria da história era exatamente essa. Entre outras, Capistrano teria superado Varnhagen por ter mantido o rigor analítico e crítico das fontes, mas ter rompido também com a aura de neutralidade científica (o realismo ingênuo), e ter aberto caminho para uma possível conciliação entre as posturas que ao longo do XIX eram consideradas inconciliáveis: o comprometimento científico e o engajamento político.

Para Rodrigues, portanto, se toda realidade é histórica, históricas são também as formas de se compreender essa realidade. Uma interpretação histórica bem fundamentada dependeria sempre do grau de atualidade que se pode produzir para a consciência dessa realidade que se quer compreender como histórica. Essa questão, que orienta a revisão das formas de se estudar a história, é sempre um dever do presente para com a renovação e a criação, não com a simples reprodução, a cópia ou mimética.

Em 1957, José Honório passou a direcionar sua compreensão da história da história do Brasil à luz destas questões. Sua figuração de Capistrano de Abreu evidencia isso. O fundamental aqui é entender como Rodrigues compreende aquilo que ele poderia chamar de uma "realidade histórica" e os "problemas" da historiografia brasileira, a partir do seu presente no relacionamento entre história e historiografia. Sociedade velha ou arcaica, tradicionalista e ruralista, historiografia menos evoluída; sociedade "nova", moderna, da urbe e do "nacional", historiografia equivalente. Especificamente no caso da historiografia brasileira, sempre como reflexo do seu estágio histórico, ela seria definida por Rodrigues como expressão máxima de uma sociedade "velha" e "arcaica", por isso, explicava ele,

se dedicava tão esmagadoramente à história colonial, expressão do apego às tradições e à cultura luso-brasileiras, forma de concepção histórico-filosófica de sua personalidade básica e de seu caráter social. O Brasil arcaico é o Brasil rural, com 69% de sua total população, ao contrário de uma sociedade nova, muito mais evoluída e com muito maior estabilidade que domina de modo geral o Estado de São Paulo e o extremo sul, mas que no resto do país é sobretudo uma sociedade urbana (RODRIGUES, 1957, I, p. 9).

Para ele, a questão do tradicionalismo, "no sentido de que o indivíduo aprende a tratar a vida com a adaptação e não com a inovação" (RODRIGUES, 1957, I, p. 10), significava que o Brasil arcaico seria uma sociedade relativamente estável, cujo "caráter social", que asseguraria os padrões de conformidade em termos políticos, econômicos, mas também, no que toca à vida intelectual, cultura e ao lazer seria tradicional: "o ritual, a rotina e a etiqueta orientam todos e pouca energia é exigida para descobrir novas soluções para os velhos problemas" (RODRIGUES, 1957, I, p. 10). Ora, para

ele a historiografia brasileira atrasada seria espelho desta história de atraso, por isso tão concentrada sobre a fase colonial, e uma expressão direta do Brasil arcaico, tradicionalista e conservador. Assim, a

Revista do IHGB, por exemplo, contém mais de 60% de contribuições, nos seus primeiros cem anos, à história colonial. Seus volumes especiais também apresentam o mesmo índice, 60%. É esta a primeira verificação de fato. Mas se adotarmos o critério de problemática historiográfica, vamos notar também que os grandes temas encarados e resolvidos pela pesquisa histórica são, em sua maioria, de história colonial (RODRIGUES, 1957, I, p. 10).

O apego em excesso ao passado português e europeu, em termos historiográficos, também, seria ainda eco de uma sociedade que sofria pela “falta de amadurecimento”, de desajustadas emoções, como o “mazombismo”, empregando expressão de Vianna Moog, que consistia no amor à Europa e despreço pelo Brasil. Por outro lado, haveria o oposto dialético do mazombismo, que ele chama de “auto-exaltação ufanista”, uma veneração cega e surda da pátria que flagela a crítica e inviabiliza a promoção ou mesmo o sucesso de novos projetos. Em uma palavra, mesmo após Capistrano de Abreu, faltava teoria à nossa historiografia, o que redundava em uma historiografia passadista, conservadora e retrógrada (RODRIGUES, 1957, I, p. 11). A missão, ou tarefa, do historiador novo seria, portanto, viver no presente na confluência entre os tempos do passado e do futuro. Caberia aos historiadores brasileiros o dever de aprenderem a viver assim: no limiar de uma profundidade temporal, cientes das mudanças, porém, aqui e agora, tempo no qual atuam circunstâncias reais que tornam o tempo histórico algo válido para a vida. Dizia ele, “as significações vitais passadas anunciam seus títulos; o presente coloca-se em posição de fazer valer seus próprios valores, pois o que vive tem sempre razão” (RODRIGUES, 1957, I, p. 2). Porém, trata-se de uma força presente que age sobre o passado visando gerar futuro. Rodrigues, amplamente inspirado na filosofia da história de Croce e Collingwood, empregava essa lógica ao seu modo particular de compreender a “evolução”, tal como ele apresentou, da sua visão para uma historiografia brasileira, isto é: a evolução dos “tipos” de consciência que escreveram histórias do Brasil, num rumo que conduzia à sua libertação como ciência nova da História.

Somente aos poucos, passo a passo, na evolução da história e da historiografia brasileira, até “os primeiros trinta anos deste século [XX]” a história colonial permanecera a predileta dos historiadores brasileiros, o que para Rodrigues significava a manutenção de um aspecto vital brasileiro, “o excessivo apego ao passado português e europeu” (RODRIGUES, 1957, I, p. 11). As principais características dessa sociedade arcaica e tradicionalista seria o seu “personalismo” – cuja forma historiográfica seriam as biografias dos “grandes homens”, “forma paternalista ligada ao caráter social do Brasil arcaico e

tradicional" (RODRIGUES, 1957, I, p. 11). Somente entre 1890-1914, dizia Rodrigues, a historiografia brasileira começaria a paulatinamente se libertar das amarras desse Brasil arcaico, especialmente com os desenvolvimentos da nova história econômica e social (RODRIGUES, 1957, I, p. 12). Essa libertação só se concluiria se as lições de Capistrano de Abreu fossem seguidas e superadas, porque especialmente com ele

que se inicia a historiografia nova, expressão do Brasil novo, pois ao escrever os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil (1899), tema colonial ainda, ele rejeita a ênfase sobre as origens europeias. Seu tema é inteiramente nacional, pois convidava os historiadores brasileiros a não centralizar o seu interesse nas comunidades do litoral, mas no interior, no próprio Brasil arcaico, é verdade, mas nas origens autônomas do Brasil novo: as minas, as bandeiras, os caminhos. A rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial (RODRIGUES, 1957, I, p. 12).

O grau de "atualidade" que Rodrigues configura em seu retrato de Capistrano lança luz ao nascimento da "vida" da História do Brasil e da história da História do Brasil. Capistrano, sem dúvida, não é o sentido, ou o fim, dessa mesma história. Ele não era apenas mais um historiador. Para Rodrigues ele foi, individualmente, "o maior", mas isso não significava ser inatingível, insuperável, ou ainda alguém a ser apenas imitado. Toda a estrutura da compreensão de Rodrigues para a evolução da ideia da história no Brasil precisa ser bem entendida para que seu Capistrano faça sentido. Pelo menos, para que se entenda o sentido pretendido por Rodrigues. José Honório visava a sua superação, mas não individualmente. Por isso ele diz que o importante agora era "a sua orientação para a historiografia brasileira"; como um horizonte a ser perseguido não apenas individualmente, mas por todo o coletivo dos historiadores brasileiros, fazia-se necessária a compreensão global da evolução dos estudos históricos no Brasil. Trata-se de uma orientação temporal para um campo científico e intelectual que teria como meta e missão compreender melhor o Brasil e seus problemas, contribuindo para a solução dos mesmos.

A importância e o valor histórico (e historiográfico) de todos estes historiadores se apresentavam numa narrativa que os reunia num só tempo, um tempo histórico. São compreendidos e comunicados como experiências para a ciência da História que Rodrigues pretendia estabelecer. A passagem do tempo dessa historiografia se desenvolve de modo a tornar visíveis as contribuições que a constituem e as mudanças que permitiriam a Rodrigues tecer a diferença fundamental entre o que foi, o que era ainda, e o que poderia ainda vir a ser. Isso tudo de acordo com seu programa para a efetiva renovação dessa historiografia brasileira, apresentada como o conjunto dos pesquisadores especializados; um processo e um progresso no tempo construído e narrado.

Cada uma das "personagens" em sua narrativa funcionam como marcos (ou acontecimento) em sua periodização que dependeriam das outras personagens

– não pelos nomes em si, mas pelas etapas que representam na evolução – e, por conseguinte, da própria estrutura narrativa que as reúne e sintetiza e cujo enredo é a base a partir da qual se poderia visualizar essa historiografia como uma coerente linhagem em movimento evolutivo; num tempo que se torna histórico na medida em que ficam claras as escansões que separam as “eras” e determinam até onde iriam suas contribuições. Esse tempo é simultaneamente o tempo da história que se estuda e que se vive; tempo da ação consciente, tempo da oportunidade de mudança; da libertação da história como ciência dos aspectos históricos e temporais da realidade política, social e econômica nacional. Como uma história, sua narrativa inscreve também a esperança de controle dos meios para que se pudesse fazê-la (fazer história e fazer a história), renovando-a, transformando-a, pois, “de dentro” do processo histórico que ele mesmo configurava em sua escrita. Uma intervenção cirúrgica no próprio corpo do tempo.

Considerações finais

168 A periodização de Rodrigues teria por fito “fazer ver” o tempo e a história da historiografia como uma evolução. Pode-se dizer que, em Rodrigues, a narrativa histórica segue vazada de um enredo cômico. E a despeito das convicções políticas de seu autor, as implicações ideológicas de seu enredo podem ser descritas como conservadoras: uma vez que ele seguia os agentes e “o suceder singular em sua particularidade, individualidade e irreversibilidade”, na plenitude de um tempo irremediavelmente histórico (RODRIGUES, 1949, p. 42). Esta “plenitude” do tempo e dos eventos, contudo, é sempre seletiva e a seleção, necessariamente, feita pelo historiador, num gesto ético-político.

Ana Luiza Marques observa que estes textos buscavam criticar a longa (e até então vitoriosa, pensava o autor) tradição “conservadora” do pensamento histórico brasileiro, enquanto conhecimento social e científico, oferecendo um conjunto de referenciais teórico-metodológicos que contribuiriam para a revisão destas interpretações acerca da história do Brasil. Ao lado de suas novas publicações e estudos, os prefácios, apêndices e posfácios às novas impressões de textos como aqueles, José Honório mantinha-se engajado nos debates acerca da escrita histórica no Brasil e atualizava suas críticas e projetos, cujo alvo seria essa “tradição conservadora” no pensamento histórico do país (MARQUES 2000, p. 77). E a seleção se daria em função do juízo contemporâneo do historiador acerca dos sentidos e da significação cultural (os efeitos ou a influência) dos acontecimentos pretéritos no mundo corrente: eis a matriz fundamental do que Marques chamou de “presentismo” em José Honório Rodrigues.²¹ Exatamente pelo fato

²¹ Como analisou Ana Luisa Marques, “o presente é o modo temporal da profecia, e pela história sempre presente,

de defender uma “sacudida” na conscientização histórica brasileira, José Honório não configurava seu presente, seu momento atual, como sendo algo isolado, desgarrado no tempo. O modo performático da sua evolução temporal para os estudos históricos também era, simultaneamente, pensada nesses termos, sempre à luz dos problemas atuais que ele mesmo diagnosticava e em diálogo com os investimentos bem sucedidos “anteriormente”. E é isso que interessa aqui.

José Honório Rodrigues pertenceu a uma cultura historiográfica na qual as concepções de tempo e história estavam fundamentalmente imbricadas. A história seria a “corporificação” do tempo, orientado pela problemática da formação da nação brasileira. No início da década de 1950, os debates em prol da renovação da historiografia brasileira, iniciados ainda na década de 1930, ganharam novos desenvolvimentos e Honório Rodrigues, ao lado de muitos outros intelectuais, avaliava que este era um cenário de atraso e crise,²² pois diagnosticava falta de sintonia entre as correntes de pensamento em atividade e a própria vida social do país; uma falta de rigor científico que “atrasava” o Brasil em relação a países como os Estados Unidos, a França e a Alemanha, por exemplo. Para ele, como analisou Raquel Glezer, era fundamental que os historiadores conseguissem superar essa crise e realizassem a função decisiva de mediadores entre a historiografia e a história (GLEZER, 1976, p. 76). Astor Antônio Diehl destacou, ainda, que essa “crise” foi avaliada pelo autor como permanente e se materializaria em uma produção historiográfica “antiquária” e “factualista”, uma historiografia, pois, desconectada das demandas e problemas sociais brasileiros (DIEHL, 1999, p. 222). Ou seja: o interesse atual pelo passado devia apresentar-se como trabalho na instituição de sentido da consciência histórica. Esta, por sua vez, deveria esclarecer aos homens do curso da história (e da história da história) no Brasil, o que significava trabalho análogo, de conscientizar e instrumentalizar a intelectualidade e as lideranças do país da necessidade de superação dos problemas da nação, através da compreensão dos estágios (ou etapas) do desenvolvimento da consciência histórica brasileira. Tratava-se de aliar o trabalho científico e função social dos intelectuais no ofício dos historiadores.

o historiador identifica as formas possíveis de sugerir ações” (MARQUES, 2000, p. 71). A autora emprega, contudo, o conceito de “presentismo” associado ao de positivismo para definir a obra historiográfica de Rodrigues como um híbrido entre um relativismo presentista e um procedimento metodológico “positivista”. Sua leitura se apropria das considerações de Adam Schaff acerca de duas concepções de ciência, a positivista (objetividade neutra e imparcial) e a presentista (relativista histórica) (SCHAFF, 1995, p. 125-140).

²² Não gostaria que essa “crise” denunciada por Rodrigues fosse lida como mera “invencionice” sua. Acredito ser mais profícuo considerá-la como uma categoria histórica que se fazia presente, explicitamente ou não, nas suas narrativas históricas como uma perspectiva diretora para sua interpretação. Como um discurso sobre a consciência histórica, trata-se de reconhecer a racionalidade nos procedimentos de produção de sentido histórico. Isso é relevante, pois não encerra sua perspectiva apenas em uma estratégia de manter presente o passado (memória). Mas permite que se leve em conta as suas intenções orientadas ao futuro, que relacionam estruturalmente essa memória narrada às expectativas e críticas de seu autor.

José Honório escreveu para diversos periódicos em publicações que estabeleciam e reiteravam vínculos com as críticas ao estado atual dos estudos históricos no Brasil de colegas como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Sousa, Willian Berrien, Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Júnior, entre outros. Grupo heterogêneo, é verdade, porém representativo das vozes em defesa de uma especialização e de um “novo espírito historiográfico” que assumia “o passado como algo dotado de complexidade, no qual buscavam penetrar, procurando relacioná-lo com o presente” (FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 148). Com o fim do Estado Novo, o clima de otimismo impulsionou muitos projetos “renovadores” (de diferentes matizes ideológicos) que visavam mobilizar ações para a mudança e o desenvolvimento de diversos setores do país: educação, cultura patrimonial, historiografia entre outras. José H. Rodrigues, sem dúvida, engajou-se ativamente nesse “espírito” renovador. E o que torna isso relevante é que, entre tantos intelectuais igualmente ativistas no sentido da especialização e profissionalização historiográficas no Brasil, Rodrigues foi um dos poucos que formulou essa necessidade de mudança e renovação na esteira de uma compreensão histórica mais ampla, da qual a história da historiografia fazia parte, mesmo que não fosse a única parte.

170

Capistrano de Abreu inaugurava a própria possibilidade de uma nova história no Brasil, ele mesmo um agente “limiar”, alguém que abriu a porta para o novo, mas não passou da soleira pelos “defeitos” que Rodrigues destacou anteriormente. Para José Honório, ele sintetizava o tríptico que configuraria uma história científica, nos moldes alemães: reflexão teórica, grande domínio crítico e metodológico sobre documentação inédita e o domínio da crítica historiográfica. O conjunto de sua correspondência tornava-se um acervo valioso não apenas para sua biografia, mas também para a arquitetura de sua historiografia brasileira. Rodrigues explicava que através de sua correspondência ele opinou “sobre cronistas, historiadores, e escritores antigos e contemporâneos, estrangeiros e nacionais”, mas também detalhava “a vida e a política do Brasil contemporâneo entre 1880 e 1927”. Seu Capistrano de Abreu “um analista inflexível”, e por vezes mordaz, “da história contemporânea e um crítico implacável de sua quadra”, isto é, da história e da historiografia de seu tempo (RODRIGUES, 1954, I, p. XXII).

O pensamento de Capistrano refletia, portanto, o próprio processo histórico da vida nacional, sua consciência nacional e histórica. Ao seu lado, Rodrigues elenca Paulo Prado, Joaquim Nabuco e José Maria dos Santos como autores que, sentindo o “espírito dessa etapa” da História do Brasil, souberam compreender bem o presente pelo passado, assim como o passado pelo presente (RODRIGUES, 1957, I, p. 15). “A faculdade de apreensão do vivo, eis aí, com efeito, [...] a qualidade essencial do historiador. Para compreender as características fundamentais de certos problemas históricos, é necessário observar e analisar a paisagem atual, porque só ela dá as perspectivas de conjunto [...]” (RODRIGUES, 1954, I, p. XXII). Ou ainda:

As mais recentes orientações problemáticas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda refletem, em toda a sua pujança e na acuidade da visão interpretativa, a historiografia nova do Brasil novo. Evidentemente, historiografia viva não é só aquela que trata de temas atuais. Isso seria uma incompreensão, igual à de que o historiador deve não só formular suas questões como suas respostas de acordo com os conceitos vivos do presente. As perguntas são feitas muitas vezes de acordo com o presente, como já dissemos, mas as respostas dependem da pesquisa, pois de outro modo o historiador se tornaria tendencioso e sem categoria científica (RODRIGUES, 1954, I, p. XXII).

Em suma, é possível compreender a relação que Rodrigues estabelecia na seguinte ideia, que conclui e encerra seu texto “Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira”, de 1953:

A história, deste modo, é catarse, mas é também lembrança do legado espiritual, daquele bem que participa do eterno, que é a única coisa que não nos pode ser roubada, pois pertence individual e humanamente a cada um e a todos. Assim, quem diz consciência histórica significa e sugere duas coisas, dois sentimentos ambivalentes: a libertação do mal que padecemos ou nos ameaça, e a conquista de um bem ou a conservação do que já possuíamos. Duas salvagens, uma só compreensão – a consciência que presta contas e nos diz o tesouro espiritual que nos coube e que, ao superar o passado, participa da criação do futuro (RODRIGUES, 1953, p. 138).

Deste modo, se toda interpretação seria uma resposta a interrogações lançadas pelo historiador diante dos impasses e crises do seu momento atual, Rodrigues acreditava que esses momentos, tempo da oportunidade para a ação ou tempos de crise, são os mais adequados para a promoção de novas interpretações. Ou ainda, revisões completas, que permitam à história o restabelecimento da conexão entre passado e presente. Não como simples exercício de memória, o qual não estaria descartado, mas como meios de “sacudir a consciência histórica” (RODRIGUES, 1957, I, p. 4).

171

Não teorizamos e construímos mais sob a proteção de uma ordem que tudo suporta e que torna as mais atrevidas teorias mera insignificância, mas no meio da tempestade da reforma do mundo, onde cada palavra velha deve ser examinada pelos seus efeitos, onde inúmeras ideias se tornaram meras frases e papel. É nessa hora que um reexame se impõe (RODRIGUES, 1957, I, p. 4).

Ao término da Segunda Guerra Mundial, dizia Rodrigues, uma nova época foi inaugurada (RODRIGUES, 1957, I, p. 5). O declínio da Europa como força criadora de história demandava novos rumos, e essa nova época exigiria do presente, portanto, “novos valores”. De modo que, dizia ele,

um movimento geral reivindica uma revisão geral que permita: 1) ligar o presente ao passado, estudando mais as origens e desenvolvimento das grandes forças do mundo atual; isso significa dar mais ênfase à História dos Estados Unidos,

à História da União Soviética e à História do Oriente e da América do que centralizar o mundo na Europa; 2) estudar mais certos períodos que possam iluminar o nosso presente, [...] (RODRIGUES, 1957, I, p. 8).

O “momento Capistrano” inaugurava essa etapa na evolução que marcaria não só o tempo da sociedade e nação brasileira, mas que espelharía o de sua historiografia, tal como ele a compreendia. Seu retrato de Capistrano sintetizava todos os elementos decisivos que inauguravam a possibilidade de uma guinada para a ciência da História, como reflexo direto de uma sociedade nova. Método, crítica, teoria, história da historiografia, interpretação e sensibilidade filosófica que permitiam ao cearense escrever uma história na qual o colonial analisado representava a própria antítese do colonial como presença, redimensionando-o no tempo. Inscrevia-se também como marco de uma historiografia nova, reflexo direto de um Brasil novo, urbano e moderno. Menos afeita ao colonial e mais atenta ao problema da constituição do nacional.

172 Sendo assim, todos os “ingredientes” que orientavam os próximos historiadores no “grande e decisivo” passo ainda a ser dado, os novos rumos que ele apontava nessa história conduziriam ao revisionismo de interpretações, valores, posturas ideológicas sob o crivo da razão histórica: a revisão historiográfica da História do Brasil ainda marcada por interpretações que representavam as ideias e ideologias de um Brasil elitista, arcaico e colonial. O momento “atual” exigiria releitura: uma completa revisão dos quadros interpretativos, dos bens culturais, da busca por documentos históricos novos, que serviriam à escrita de uma história menos conservadora e mais reformuladora, ou transformadora, da realidade histórica. Uma historiografia engajada na mudança e não a estagnação da História sob a chancela da objetividade: uma reviravolta na historiografia brasileira, que a constituiria como campo de e para especialistas, mas também uma ciência da História do Brasil, uma revisora atuante, isto é uma “atualizadora” do passado em prol do futuro da História do Brasil. As interpretações “arcaicas”, reflexos de outras épocas e outros interesses, ideologias e horizontes, seriam manifestações de consciências que precisavam tornar-se passado para que pudessem ser ultrapassadas. Todo e qualquer historiador que desejasse apresentar-se como novo deveria, pois, apresentar-se e mostrar suas credenciais frente às questões e dilemas do seu tempo.

A história da história de Rodrigues não se cinge a uma teleologia ingênua (orientada por um sentido dado *a priori*), mas configura-se como temporalidade histórica, separando passado, presente e futuro desempenhando uma performance histórica do tempo. Trata-se, antes, de uma interpretação que buscava abrir para o seu próprio tempo (seu presente), a lacuna entre o passado e o futuro, para dizer como Hannah Arendt (ARENDR, 1974). No entanto, um lugar no qual o presente

desempenhava função central, como o tempo de e para ações transformadoras. Em sua escrita pode-se identificar um engajamento que relaciona homem (sujeito) e história, que planta o historiador na realidade que ele descreve e, por conseguinte, o compromete à ação transformadora do mundo. Suas reflexões teóricas e metodológicas, seu posicionamento “presentista” e, no limite, seu programa “revisionista” eram partes de uma postura que defendia um conjunto de responsabilidades cognitivas, éticas e políticas para a historiografia ao produzir sentidos (interpretações) para a sociedade da qual participava e que almejava transformar.

Referências

- ALVES JÚNIOR, Paulo. **Um intelectual na trincheira**: José Honório Rodrigues, um intérprete do Brasil. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, p. 34-44, 2013.
- _____. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 314-328, 2006.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time. Negotiating the borders between Present, Past and Future. **Storia della storiografia**, Roma, n. 63, p. 31-50, 2013.
- CARR, D. **Time, Narrative, and History**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- CHESNEAUX, J. **Habiter le temps**. Passé, présent, futur: esquisse d'un dialogue politique. Paris: Bayard, 1996.
- COLLINGWOOD, R. G. Some Perplexities about time: with an attempted solution. **Proceedings of the Aristotelian Society**, XXVI, p.135-150, 1925-1926.
- CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. Lucien Febvre. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013, p. 463-498.
- DE DECCA, Edgar; DE DECCA, Mauro. Carl Becker. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013, p. 356-384.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: UPF, 1999.
- ERMARTH, E. D. **Sequel to History**: postmodernism and the Crisis of Representational Time. Princeton: Princeton University Press, 1992.

- FRANZINI, Fabio e GONTIJO, Rebeca. **Memória e história da historiografia no Brasil:** a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel *et al.* Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-159.
- GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues:** um modelo de análise historiográfica. Tese. (Doutorado em História) - São Paulo, USP, 1977. 2 v.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. Charles Beard. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História:** da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013, p. 327-353.
- GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano:** Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese. (Doutorado em História). Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação, História da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. A history of the concept "modern". In: _____. **Making sense in life and literature.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, p. 79-110.
- _____. Depois de aprender com a história. In: _____. **Em 1926:** vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 459-485.
- HALL, J. R. The Time of History and the History of Times. **History and Theory**, v. XIX, n. 2, p. 113-131, 1980.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História.** 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 2008.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Edições Loyola, 2006;
- KOSELLECK, R. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- _____. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. **história/Historia.** Madrid: Minima Trotta, 2004.
- KRAKAUER, S. Time and History. **History and Theory**, v. VI, p. 65-78, 1966.
- LEDUC, J. **Les Historiens et le Temps.** Conceptions, problématiques, écritures. Paris: Seuil, 1999.
- LEYDEN, W. von. History and the concept of relative time. **History and Theory**, v. II, n. 3, 263-285, 1963.
- MALERBA, Jurandir. James Harvey Robinson. In: _____. (Org.). **Lições de História:** da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013, p. 385-416.

- MICHELET, Jules. Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa). In: MALERBA, Jurandir. **Lições de História**: o caminho da ciência no longo XIX. Apresentação, tradução e notas de Lília Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 91-112.
- POMIAN, K. **L'ordre du temps**. Paris: Gallimard, 1984.
- RICCEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- _____. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v.
- RODRIGUES, José Honório. Rodolfo Garcia e Afonso de Taunay. **A Revista, O Jornal**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1945.
- _____. As obras do Barão do Rio Branco. **Revista, O Jornal**, Rio de Janeiro, 7 abr. 1946, p. 1, 7-8.
- _____. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- _____. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 2 v.
- _____. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- _____. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (Coleção Brasileira, v. XI).
- _____. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. **Revista do IHGB**, v. 221, p. 120-138, out.-dez. 1953.
- _____. Prefácio. In: ABREU, João Capistrano de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Organização e prefácio por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1954-1956; p. IX-XXXIV. 3 v.
- _____. **Historiografia del Brasil, Siglo XVI**. México: Instituto Panamericano de Geografía e História (Comisión de Historia), 1957.
- _____. **Historiografia del Brasil, Siglo XVII**. México: Instituto Panamericano de Geografía e História (Comisión de Historia), 1963.
- _____. **História, Corpo do Tempo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- ROJAS, Carlos Aguirre. Marc Bloch. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013, p. 417-461.
- ROTENSTREICH, N. **Time and Meaning in History**. Dordrecht: D. Reidel, 1987.
- RÜSEN, J. (Dir.). **Time & History**. The variety of cultures. New York; Oxford: Berghahn Books, 2007 (Collection Making Sense of History).
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVA, Ítala B. M. da. **Les morts vont vite**: a sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969).

- Dissertação. (Mestrado em História) - Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008.
- VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LEGOFF, J., NORA, P. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979, p. 146-178.
- WELLS, H.G. **A máquina do tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- WILCOX, D. J. **The Measure of Times Past: Pre-Newtonian Chronologies and the Rhetoric of Relative Time**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.